

Mulheres no Poder: entre os espaços privados de convivência e a arena pública e política

Mujeres en el Poder: entre los espacios privados de convivencia y la arena pública y política

Women in Power: between the private spaces of contact and the public and political arena

Nilson Almeida de Sousa Filho
Maria Luzia Miranda Álvares

Resumo: neste artigo, são evidenciados aspectos sobre empoderamento, participação, competição e representação feminina nas eleições municipais de 2008, no Estado do Pará. Nesta intenção, foram extraídas informações coletadas durante a pesquisa “Mulheres na Política: histórias de percursos e de práticas(2010-2012)”. Para as análises e conclusões, considerou-se a teoria democrática contemporânea relativamente às questões de espaço social e de gênero, na arena política.

Palavras-chave: mulheres, política, empoderamento, práticas, gênero.

Resumen: en este artículo, se evidencian aspectos sobre empoderamiento, participación, competición y representación femenina en las elecciones municipales de 2008 en el Estado de Pará. En este sentido, las informaciones fueron extraídas de la recogida de datos durante la investigación “Mujeres en la Política: historias de recorridos y de prácticas (2010-2012)”. Para los análisis y conclusiones, se consideró la teoría democrática contemporánea referente a las cuestiones de espacio social y de género, en la arena política.

Palabras clave: mujeres, política, empoderamiento, prácticas, género.

Abstract: this paper describes aspects regarding empowerment, participation, competition and female representation at the 2008 municipal elections held in the State of Pará, Northern Brazil. The study resorts to the research carried out by the author from 2010 to 2012 called “Women in politics: histories of trajectories and practices” for data. The contemporary democratic theory concerning the issues of social space and gender in the political arena grounded the analyses performed and the conclusions reached at.

Keywords: women, politics, empowerment, practices, gender.

Nilson Almeida de Sousa Filho é graduando do Curso de Ciências Sociais (UFPA) e bolsista de iniciação científica (GEPEM/FCS/UFPA). Tem experiência na área de Ciência Política com estudos sobre recrutamento e seleção de candidaturas femininas e comportamento político.

E-mail: nilson.sousa.filho@hotmail.com

Maria Luzia Miranda Álvares é Professora Associada 3 (IFCH/UFPA), graduada em Ciências Sociais (UFPA), Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA e Doutorado em Ciência Política/IUPERJ, com ênfase em estudos eleitorais e partidos políticos, participação política das mulheres e relações de gênero. É Coordenadora Regional do OBSERVE e do GEPEM/UFPA. **E-mail:** luzia@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A inclusão de mulheres no sistema político-partidário é pauta de discussões em nível mundial. Concernente à representatividade política feminina, é fácil identificar a ausência significativa deste gênero nas cadeiras de cargos proporcionais e mais acentuadamente em cargos majoritários. Tal processo acontece, dentre muitos outros fatores, devido a este gênero não apresentar um padrão de elegibilidade tradicional, pois existem critérios específicos e subjetivos para a escolha de aspirantes aos cargos eletivos, e isso depende de regras que determinam o padrão de concorrentes para garantir a lógica do mercado (ÁLVARES, 2004). A representação política está associada, predominantemente, à figura masculina, e quando relacionada à mulher as atitudes são tidas como diferenciadas pelos seus parceiros e, assim, alheias ao âmbito da política formal. Estas evidências foram acumuladas desde tempos pretéritos, quando as mulheres eram mantidas como mão de obra barata devido à sua desqualificação para o mercado de trabalho. Ou então elas assumiam trabalho não remunerado no lar como um sintoma da sua “natureza feminina”, depreciando seus valores em áreas de atividades qualificadas e criando uma visão diferenciada de si como sujeitos históricos capazes de mudanças (COSTA, 1998).

Pippa Norris (1993), Luzia Álvares (2004) e Clara Araújo (2005), entre outras teóricas, têm trabalhado a questão do processo de recrutamento partidário na perspectiva de gênero, evidenciando a desigualdade no processo seletivo para cargos majoritários e proporcionais entre homens e mulheres.

Neste trabalho, o foco principal é estabelecer conexão entre gênero e poder, extraindo-se os antecedentes sociais das mulheres paraenses eleitas no pleito eleitoral de 2008 (vereadoras e prefeitas), mediante dados da pesquisa “Mulheres na Política: histórias de percursos e de práticas(2010-2012)”. Com base em tais informações, analisou-se o processo de filtragem tradicional (que determina quem é elegível para determinado cargo público) e sua ruptura nas que foram sufragadas

possibilitando-lhes acesso ao espaço de representação feminina no âmbito parlamentar e/ou majoritário, seja pelo oferecimento do nome, seja pelo convite de lideranças partidárias para compor a lista de candidaturas.

Por meio da metodologia da história de vida desses atores sociais, podem ser identificados aspectos poucos conhecidos das eleitas, mas que se configuram como elementos de sedução para o eleitorado. E, desse modo, se perceber e avaliar em que nível de sua trajetória pessoal se estabeleceu os vínculos e motivações para a competição eleitoral.

Como pressupostos, considerou-se que as mulheres paraenses eleitas (2008) aos cargos parlamentares e majoritários não dependem apenas do seu status em movimentos sociais e de mulheres, mas exploram/cultivam antecedentes sociais próprios com base numa trajetória em três áreas: familiar, política e profissional.

Assim, intencionou-se discutir a questão feminina no âmbito político, com ênfase na própria formulação teórica do sistema democrático associando-o aos estudos de gênero. Nesse escopo, tem-se uma visão mais ampla da dificuldade de inserção das mulheres nos espaços de decisão política, porém, estes tendem a esclarecer também os mecanismos utilizados por elas (consciente ou inconscientemente) para transpor as barreiras encontradas nesse âmbito. Nessa medida, privilegiou-se um campo de extrema complexidade, o que causa maior interesse aos que se dispõem a estudar a política.

1. Teoria Democrática Contemporânea: participação e competição

Em “Participação e Teoria Democrática” (1992), Carole Pateman registra o enfoque de vários autores na formulação teórica da democracia, tanto na chamada democracia clássica¹ quanto na contemporânea, considerando vários aspectos. Porém, serão tratados

¹ Pateman não se sente muito à vontade de usar esse termo. Ela defende que a participação foi encarada de maneiras diferentes pelos autores clássicos. Porém, Schumpeter foi o teórico que “dissimulou o fato de que nem todos os teóricos “clássicos” da democracia adotaram o mesmo ponto de vista a propósito do papel da participação... Devido à existência dessa diferença, não faz sentido falar de uma teoria “clássica” da democracia” (p. 33).

aqui com maior ênfase dois principais, quais sejam: a participação e a competição política, nos quais se encontra a principal discordância entre os “clássicos” e os contemporâneos. Segundo Pateman, a teoria democrática contemporânea é alicerçada nos seguintes argumentos “... um método político ou uma série de arranjos institucionais em nível nacional. O elemento democrático característico do método é a competição entre os líderes (elite) pelos votos do povo, em eleições periódicas livres” (p.25).

1.1. Participação

O momento da *eleição* é importantíssimo na democracia, exatamente nesse processo se configura a prática do *voto*, ou seja, é nessa ocasião

² É indiscutível que o voto é influência crucial aos que se dispõem a concorrer a qualquer cargo eletivo, e Rousseau (teórico clássico) salientou esse ponto argumentando que as condições econômicas devem ser consideradas nesse processo. Para que o voto seja “forte”, ou seja, para que o voto influencie sem ser influenciado, Rousseau aponta a necessidade de “nenhum cidadão [ser] fosse rico o bastante para comprar o outro e em que nenhum [seja] fosse tão pobre que tivesse que se vender”. Cf. Pateman (p. 36).

³ Schumpeter discorda desse tipo de participação, mesmo esta sendo socialmente aceita. Para ele isto é contra o próprio espírito democrático, por serem tentativas de controle. A única maneira de controlar seria por meio do voto.

⁴ Cf. Pateman, p. 25.

que é estabelecida a *participação*. Na teoria democrática contemporânea, participação e controle são travestidos de voto². O controle reside na possibilidade de os líderes eleitos serem julgados novamente nos próximos pleitos, obrigando que suas atividades estejam pautadas no interesse dos que votam. É nesse ponto que a democracia atinge seu objetivo: proteger os indivíduos das atitudes errôneas dos mandatários (afastando o totalitarismo). Observa-se também a existência de grupos que pressionam os líderes durante o mandato, sem aguardar as próximas eleições³.

O ato de votar é a característica, em tese, que configura a “igualdade política” na democracia e o sufrágio universal promove as pessoas ao acessarem com similitude os canais de influência dos líderes. A participação aqui é a “... escolha daqueles que tomam as decisões⁴”. Mas a participação não se limita apenas a essa abordagem, e Pateman vai evidenciar os pilares

sustentadores do sistema visando mostrar quais elementos a democracia precisa para permanecer estável. A questão fundamental está na participação a qual não deve crescer acima do mínimo requerido para manter esse arranjo funcionando. Isso é justificado pelo fato de serem atribuídas aos inativos políticos, ou os chamados apáticos, atitudes distanciadas da democracia. Esta conclusão pode ser relacionada à Eckstein (apud Pateman, 1992 p.22), ao afirmar que as pessoas não estão ligeiramente ligadas a aspectos ditos democráticos dentro de padrões de autoridade inseridos nas relações sociais não-governamentais como a família, a escola, as organizações econômicas e etc. – os quais moldam suas personalidades. Nessa perspectiva, quando tais pessoas saírem da esfera privada e se colocarem em relações de poder na esfera pública, os comportamentos políticos serão pautados em atitudes mais intensamente ligadas com sua vida. Há uma inter-relação considerável presente nestes âmbitos. O governo é afetado pelas experiências vividas em outras esferas da vida das pessoas pela vivência e o cotidiano das mesmas, por isso é intenso⁵. Fica, assim, evidenciada a precisão de estabelecer limites à participação. Mas Eckstein vai além. Para ele, a própria democracia necessita de determinado ajuste de seus padrões governamentais aos (padrões) de autoridade não-governamentais encontrados nas relações sociais de âmbitos diferentes para se manter estabilizada.

Além disso, somar pessoas em participação gera necessariamente uma complicação para atingir o consenso - outro fator crucial no que tange à estabilidade democrática. Isto ocorre pelo fato de haver, nessa nova parcela de participantes, os politicamente inativos, aqui interpretados de outra maneira. Segundo Dahl (1956) estes ociosos politicamente não conhecem as normas da arena política e nesse sentido comprometem sobremaneira as atividades democráticas, contribuindo para o declínio do sistema de uma forma geral. Sem “consenso”⁶, torna-se complicado deliberar sobre qualquer assunto que esteja em discussão. Fica evidente ser mais saudável uma

⁵ Joan Scott abrange discussão sobre essa interação – na perspectiva do gênero – trabalharemos a seguir.

⁶ Giovanni Sartori discute a categoria consenso, ver “Partidos e sistemas partidários”, 1976).

parcela, em detrimento do todo, participar/definir/deliberar sobre assuntos referentes ao bem-estar da sociedade em teoria democrática contemporânea.

1.2. Competição

Se fosse possível estabelecer uma escala hierárquica entre participação e competição tratados na teoria contemporânea da democracia, a competição seria colocada num patamar mais elevado. Em vários momentos da discussão de Pateman, é nítida a relevância dada a este aspecto justamente por encontrar, nos trabalhos anteriores, a mesma relevância. Segundo ela, os teóricos da teoria democrática contemporânea viam que “...a natureza “democrática” reside em grande parte na forma dos “arranjos institucionais nacionais, especificamente na competição dos líderes (representantes potenciais) pelos votos...” (Cf. PATEMAN, 1992, p. 32). Ou seja, a participação é vista de forma secundária, sem deixar de ser importante dentro do processo.

Quando Pateman discorre em sua definição sobre a questão da competição e a coloca num grau de importância elevado, seus argumentos pautam-se nas obras de autores como Joseph Schumpeter (*Capitalismo, Socialismo e Democracia*, 1943) e Robert Dahl, (*Uma introdução à teoria democrática*, 1956), a serem tratados em seguida, apud Pateman.

Schumpeter apresenta seu método democrático como algo moderno. Segundo ele, sua teoria estava realmente à luz da realidade, e não como a teoria clássica baseada em “fundamentos empiristas irrealistas” (p. 13). Afirma que qualquer definição devia considerar a seguinte perspectiva: “A democracia é um *método político*, ou seja, trata-se de um determinado tipo de arranjo institucional para chegar a decisões políticas – legislativas ou administrativas” (1992, p. 12). Nesse sentido, a democracia é incapaz de ser um fim em si mesma. Com esta afirmação, ele prova que existem convicções e interesses, bem como benefícios, que os mais intensos democratas colocariam acima da democracia.

Pateman prestigia Schumpeter por considerá-lo chave indiscutível de influência para outros pensadores, suas ideias sobre teoria “clássica”

da democracia e suas revisões foram de alta relevância para o pensamento político e, mais especificamente, sobre a democracia. Competição, na teoria de Schumpeter, é ponto crucial na análise de Pateman e aspecto específico dele. Há uma comparação feita por esse autor a fim de elucidar o papel da competição: a disputa por votos assemelha-se ao sistema de mercado, nesse sentido, os eleitores estão próximos aos consumidores, os quais fazem as escolhas dos produtos, nesse caso entendida como as políticas oferecidas por políticos rivais.

No que diz respeito à participação do povo nesse processo, Schumpeter estabelece haver apenas duas maneiras, o voto e a discussão. Assim, não é satisfatória a ideia dos eleitores pressionarem seus representantes e exercer neles controle se não forem em momento oportuno - as eleições. Nas eleições, o controle ocorre por haver a possibilidade de substituição dos líderes. A participação nesse contexto fica um pouco de lado não possuindo um papel especial. Schumpeter estrutura seu pensamento defendendo que não há necessidade do sufrágio universal colocando a competição como papel central e principal característica do método político democrático. Conforme referido, Schumpeter considera democracia um método político, mas acrescenta ser o método em que “... os indivíduos adquirem o poder de decidir utilizando para isso uma luta competitiva para o voto do povo” (Cf. PATEMAN, 1992 p. 25), sendo que, neste caso, qualquer pessoa é livre⁷ para competir pela liderança desde que esteja assegurada sua liberdade civil⁸.

A perspectiva de Dahl é situada nos processos eleitorais e nos momentos que antecedem esse acontecimento. Os argumentos aproximam-se das ideias de Schumpeter⁹. Segundo Pateman, os dois entendem o voto como principal mecanismo de controle dos não-líderes

⁷ Schumpeter pensou nessa liberdade primeiramente, mas acreditava na necessidade de uma classe política dominante para apresentar candidatos à liderança.

⁸ A liberdade civil somada à tolerância para opiniões de outros e um “certo grau de hábitos nacionais” são fatores necessários para operação do método democrático, segundo Schumpeter.

sobre os líderes e, além disso, elevam a competição em detrimento da participação concordando com o fato de não ser necessário à maximização da mesma. Dahl apresenta como hipótese que sempre haverá uma parcela menor da população aproveitando as oportunidades de tomadas de decisão, mesmo porque à maioria das pessoas não desperta interesse em discutir política.

A competição é entendida como fator ou elemento especificamente

⁹ Também há desencontros entre Dahl e Schumpeter. O primeiro considera que para haver operação do método democrático é preciso consenso sobre as normas e treinamento social, o qual depende de um mínimo de acordo a respeito da escolha e das normas políticas.

¹⁰ Sobre uma teoria participativa da democracia em Rousseau, John Stuart Mill e G.D.H. COLE, ver Pate-man, cap. II, p. 35.

democrático porque carrega consigo a disputa pelos votos da população que é o mecanismo de controle. É somente através dos votos, transferidos a qualquer pessoa que compete, os quais sofrem alterações de acordo com as tomadas de decisão dos votantes, que se estabelece uma relação fundamental na análise de Dahl entre competição, controle e voto. Voto repercutindo no controle, que por sua vez repercute na competição. Nesse sentido, Dahl argumenta haver uma vantagem no sistema democrático apresentado por ele chamado de Poliarquia – o governo das múltiplas minorias.

Essas minorias influenciam as decisões políticas e o conjunto do caráter político justamente pela relação apresentada acima.

2.A Perspectiva de Gênero de Joan Scott no Contexto Político

Avaliando-se os argumentos desses autores, percebe-se a importância dada à competição no que diz respeito ao método democrático contemporâneo, contrariando a concepção clássica de democracia, a qual tinha como fundamento a participação¹⁰. Porém, além desse processo em si objetivando-se alcançar os elementos e as consequências da competição no próprio resultado eleitoral, examina-se o sistema partidário inter-relacionado com a categoria gênero por entender que há uma interferência considerável destes na organização do sistema político brasileiro.

Para tal análise, foram privilegiadas as discussões de gênero apresentadas por Joan Scott (1986) em “Gênero: uma categoria útil para

análise histórica”, estudo no qual a autora delimita sua abordagem acerca do assunto, qual seja:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. [...] O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder ¹¹.

Em outros termos, deve-se analisar e considerar que mudanças ocorridas nas relações sociais interferem de maneira capital nas representações políticas em vários sentidos, e mais: ao se fixar análises somente no âmbito familiar/privado, chega-se perto de conclusões frágeis acerca do processo, haja vista a relevância contida no conceito de gênero extensivo a aspectos do âmbito público. Scott (1986) interpreta o gênero como “um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (p. 23). Sua crítica a alguns antropólogos reside na proposição destes em considerar como decisivo o sistema de parentesco na construção do gênero e não avaliarem o mercado de trabalho, a educação, ou sistema político como parte chave desse processo construtivo¹². Para justificar seus argumentos, a autora cita uma série de exemplos, mostrando a restrita proximidade entre desdobramentos políticos e a questão do gênero¹³ na história moderna.

Ao abordar uma série de elementos como arranjos construtores do gênero, a teoria de Scott (1986) enfatiza que esses elementos, além de

¹¹ Joan Scott, 1986, p. 23.

¹² Joan Scott considera o parentesco fundamental na construção do gênero, mas também refere outras formas de interação humana.

¹³ Seus argumentos mostram momentos da Revolução Francesa, a ascensão de Stalin, a política nazista na Alemanha e a vitória aiatolá Khomeiny no Irã. “... Em todas essas circunstâncias, os dirigentes que se afirmavam, legitimavam a dominação, a força, a autoridade central e o poder soberano identificando-os ao masculino (os inimigos, os “outsiders”, os subversivos e a fraqueza eram identificados ao feminino), e traduziram literalmente esse código em leis que colocam as mulheres no seu lugar “proibindo sua participação na vida política, tornando o aborto ilegal, proibindo o trabalho assalariado das mães, impondo códigos de vestuário às mulheres”. Essas ações e a sua programação tem pouco sentido em si mesmas. Na maioria dos casos, o Estado não tinha nada de imediato ou nada material a ganhar com o controle das mulheres. Essas ações só podem adquirir um sentido se elas são integradas a uma análise da construção e da consolidação de um poder.” (Cf. Joan Scott, 1986, p. 25-26).

corroborarem nesse sentido, também são frutos desta. Diz haver ligações explícitas entre gênero e poder, as quais crescem reciprocamente em relações de interdependência. Este trabalho visa encontrar essas ligações. Segundo Scott (1986):

A alta política, ela mesma, é um conceito de gênero porque estabelece a sua importância decisiva de seu poder público, as razões de ser e a realidade da existência da sua autoridade superior, precisamente graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento.

Convém buscar onde se configura a exclusão feminina em termos de competição política, considerando-se o fato de teóricos importantes enfatizarem este aspecto, ao tratarem da teoria democrática contemporânea.

Ao conceber a teoria do gênero como “uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado, e percebendo esse poder político como algo que se refere à oposição masculino/feminino” (1986, p. 27), Scott conclui que este poder fundamenta o sentido desta oposição e realça a interação mútua entre gênero e poder político.

3. Relação entre Competição Política e Gênero

A competição é parte complementar do sistema político e este é elemento integrante de uma complexa interação humana: as relações de poder. Conforme a perspectiva de Joan Scott (1986), as interações políticas e as relações de gênero se influenciam mutuamente, logo, a competição como ação dessas interações sofre tais consequências. É nesta perspectiva e no âmbito deste artigo, que se inclui a discussão sobre a competição eleitoral e suas relações com partidos políticos, recrutamento partidário e financiamento de campanha¹⁴.

¹⁴ Esboçaremos estes aspectos por entendê-los como pontos chave na relação recíproca entre política (no aspecto competição) e gênero, além de serem contempladas tais discussões no Projeto de pesquisa “Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político” (CNPq), 2008, uma produção do GEPEM/UFPA.

3.1. Partidos políticos: recrutamento e financiamento

Segundo Robert Michels (1982), os partidos políticos são uma espécie de força eficaz da oligárquica, com um alicerce democrático para legitimar a dominação das elites sobre os eleitores. Para Duverger (1970), o partido político primeiramente é visualizado como um agente capaz de unir indivíduos politicamente dispersos e que depois se consolida em um modelo de organização centralizada e absoluta. No presente estudo, considera-se partidos uma das várias maneiras organizadas de veiculação de ideias de um grupo determinado em relação ao espaço social e que, em suas práticas, possuem mecanismos necessários para alcançarem o poder político representativo e constitutivo da vida moderna, sendo suas ações orientadas pelo acesso a esse poder. As disputas eleitorais são a maneira possível que os partidos têm para alcançar o objetivo crucial: o poder político. Então, ao lado das ideologias construídas intrapartido e norteadoras de sua conduta, o partido organiza o momento eleitoral traçando estratégias e o lugar dos atores nelas, aglutinando recrutamento e investimentos.

As instituições partidárias sofrem alterações de acordo com o contexto político e cultural no qual estão inseridas, tornando-se flexíveis. Apesar de seguirem certos padrões presentes na sociedade porque fazem parte também das relações sociais, a exemplo, o oferecimento de candidaturas masculinas em número maior do que as femininas, também considera cada momento único, particular, na corrida pela obtenção de maior número de votos possíveis. As escolhas dos atores são feitas com base nas análises dos candidatos bons ou ruins de votos e essas escolhas seguem pontos que estão estabelecidos no “jogo” pelo mercado, uma lógica determinada. Como diz Clara Araújo (2005, p.195): “supõe-se que candidatos que já são parlamentares ou tiveram votações expressivas em pleitos anteriores tendem a oferecer menos risco...”. Álvares (2004), em seu estudo sobre recrutamento de candidaturas, considera que os dirigentes partidários mantêm um padrão de escolha para selecionar os/

as candidatas/as, ou então estes/estas oferecem o nome para concorrer caso se considerem com significativo capital político. Ou seja, este jogo é repetitivo em cada eleição.

Os partidos políticos desempenham uma função essencial no recrutamento de atores sociais para a composição da lista de candidatas/as aos cargos eletivos dentro dos sistemas eleitorais. Os sistemas, proporcional e majoritário, estabelecem relações diretas e distintas com as organizações partidárias. O proporcional provoca muito mais candidaturas porque a tendência é disponibilizar o maior número de pessoas capazes de agregar votos representando diversas configurações sociais, e assim permitindo emergir novos perfis. No campo majoritário, as práticas desfavorecem

¹⁵ Relatório Técnico-Científico “As desigualdades de gênero na competição eleitoral e o papel dos partidos políticos no recrutamento de filiados/as dos movimentos de mulheres nas eleições municipais de 2008 e, gerais, de 2010, para o legislativo paraense”, Belém (2010/2011), trabalho integrado ao Projeto “Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político”, Maria Luzia Miranda Álvares CNPq/2008.

esse processo por se pautarem nos pleitos anteriores ousando menos. Como a disputa é por uma vaga, arriscar é mais perigoso – vale mencionar a ocorrência de prioridade relativa a pessoas conhecidas e com características típicas desse espaço. Assim também, a evidência de que a seleção de candidaturas é uma barreira à participação das mulheres na competição para cargos nos espaços de poder formal, interferindo no resultado eleitoral.

O mecanismo dessa seleção depende das lideranças partidárias e os critérios por elas adotados. O trabalho de Thiago Paiva (2011)¹⁵ com base em Duverger (1970) explica a categoria líder e a formação das estruturas de alguns partidos. Os partidos apresentam duplo caráter no que tange sua organização, aparentemente são democráticos, mas de fato é uma realidade oligárquica. A este respeito, percebe-se que não há princípios democráticos nas eleições dos dirigentes, visto serem ignorados os estatutos partidários (base formal para a escolha de composição das listas aos cargos parlamentares e majoritários).

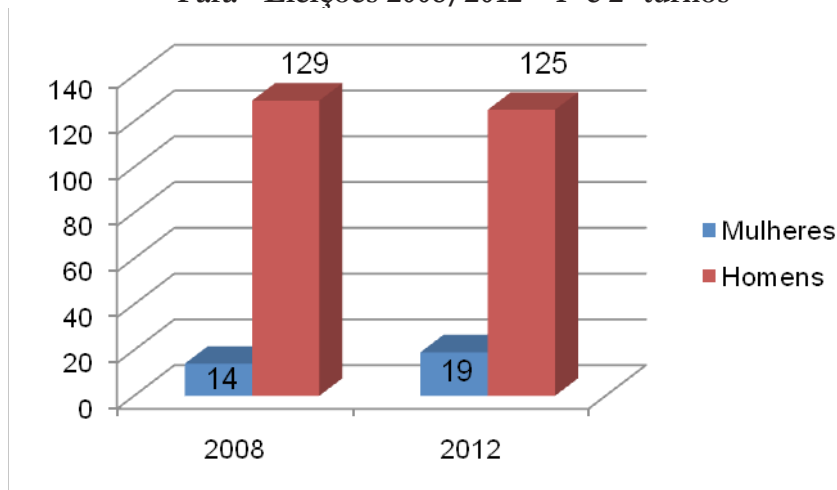
Neste sentido, Murilo Cristo Figueira (2011)¹⁶ interpreta a aplicabilidade do caráter da organização partidária, mencionando que tal organização interfere negativamente na avaliação de candidaturas femininas em tempo eleitoral, inclusive dificultando a atuação de uma chefia feminina dentro do partido e, conseqüentemente, obstruindo a ascensão de mulheres a esses cargos. Tal procedimento tem demandado que figuras masculinas sejam detentoras dessa centralização mediante a prática de votos indiretos. Desse modo e “com o sufrágio indireto, os partidos limitam as normas de seus estatutos incidindo na liberdade de escolha, no intuito de fortalecer a centralização” (DUVERGER, apud FIGUEIRA, 2011, p. 17).

Esses problemas embaraçam a presença de mulheres no acesso aos cargos de decisão política, pois o obstáculo está nas mãos dos detentores do poder partidário responsáveis pela escolha de candidaturas, diz Thiago Paiva (2011). Além disso, essa medida intermedia a distribuição dos recursos financeiros de campanhas, na qual há diferença de gênero, pelo fato de os recursos serem repartidos entre as lideranças masculinas em detrimento das mulheres, as quais não são vistas com essa dimensão, diz Murilo Figueira (2011).

Considerando a dimensão histórica, sabe-se que as mulheres têm lutado para inserir-se na cidadania política desde o acesso ao direito do voto, contudo, têm sido sub-representadas no processo político eleitoral. A exemplo, a baixa presença na representação política no Estado do Pará, conforme demonstram os gráficos 1 e 2.

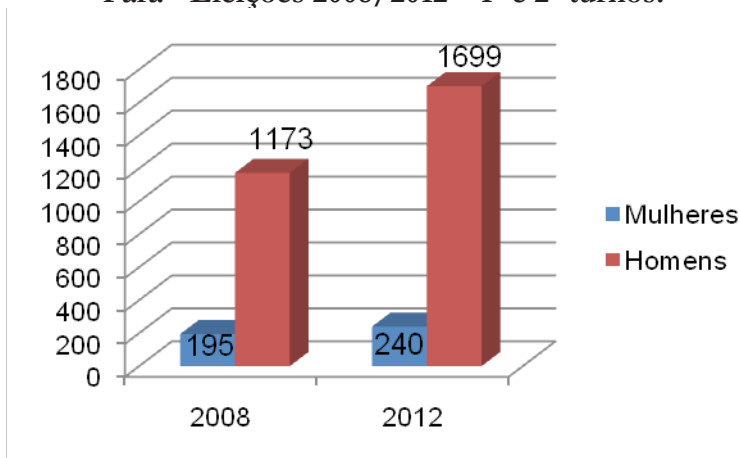
¹⁶ Relatório Técnico-Científico “As desigualdades de gênero na competição eleitoral: financiamento de campanha e cotas partidárias nas eleições do legislativo de 2010, para assembleia legislativa do Pará”, Belém (2010/2011), resultado do Projeto “Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político”, Maria Luzia Miranda Álvares CNPq/2008.

Gráfico 1. – Distribuição de Prefeitos(as) Eleitos(as) por Sexo – Pará - Eleições 2008/2012 – 1º e 2º turnos¹⁷



Fonte: TSE – Dados disponíveis em nov./2012, no site do TSE – www.tse.gov.br.
Elaboração de Sousa Filho, 2013, com extração da base de dados eleitorais do GEPEM/UFPA.

Gráfico 2. – Distribuição de Vereadores(as) eleitos(as) por sexo – Pará - Eleições 2008/2012 – 1º e 2º turnos.



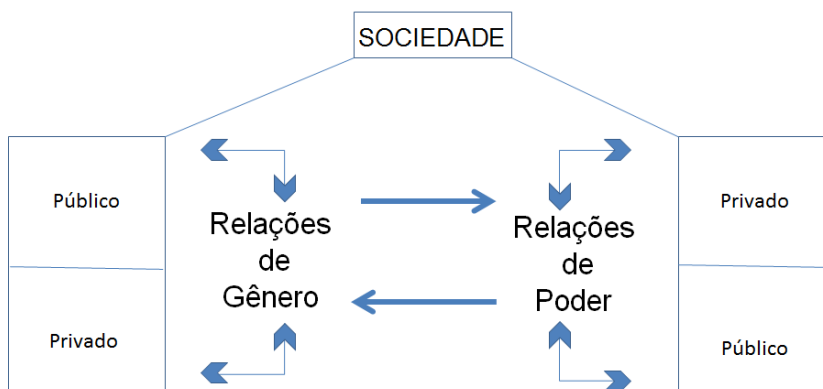
Fonte: TSE – Dados disponíveis em nov./2012, no site do TSE – www.tse.gov.br.
Elaboração de Sousa Filho, 2013, com extração da base de dados eleitorais do GEPEM/UFPA.

¹⁷ A primeira eleição ocorrida no município de Mojuí dos Campos foi em out/2012, por isso a soma dos municípios em 2008 é 143.

A mulher como ator social, no curso da História, sofreu desvantagens em detrimentos dos homens, no que concerne à sua integração na política formal. Ana Alice Costa (1998), ao tratar da participação das mulheres e a questão partidária, evidencia como a participação feminina não é alvo de preocupação dos partidos e que, além disso, estes dificultam a atuação desse gênero porque não possuem políticas de integração de suas filiadas. Álvares (2004) evidencia a existência de barreiras culturais que assentadas no sistema patriarcal também corroboram para o não engajamento de mulheres aos partidos políticos, provocando pouca motivação à competição para um cargo político. Além de não se apresentarem para a competição por não terem um retrospecto de participação, têm de disputar as vagas das candidaturas existentes com o perfil tradicional da representação configurada pela presença predominante de homens (padrão tradicional de candidaturas).

Neste sentido, a figura 1 exemplifica as teorizações de Scott(1986) sobre as ligações explícitas entre gênero e poder político desenvolvidas em relações recíprocas de interdependência.

Figura 1 – Ligações Recíprocas entre Relações de Gênero e Relações Políticas



Fonte: Elaboração de Sousa Filho, 2013.

A figura 1 possibilita a seguinte interpretação: o recrutamento feminino ineficiente e a escassez de investimentos financeiros nas campanhas eleitorais provocam a sub-representação política do gênero feminino. Este quadro oportuniza o estabelecimento de um padrão de elegibilidade masculino que, reiteradamente, fomenta o pouco interesse no recrutamento de mulheres aos cargos de representação política.

As abordagens teóricas descritas justificam a sub-representação da mulher no contexto da política partidária. Desse modo, ratificam-se as ligações entre gênero e política das quais trata Scott (1986). Porém, existem momentos em que essa reciprocidade intensa é quebrada e as barreiras são vencidas por alguns atores sociais. Assim, mesmo estando submetidas à ideologia da feminilidade caracterizada por ser contraditória à racionalidade do mundo político, existem mulheres que integram a prática eleitoral como candidatas e são eleitas, resultado de longo processo de conquistas que perpassa pela questão do voto feminino e ocorre desde o século XVIII¹⁸.

Hoje se observa outra dinâmica da relação partido-cidadania política feminina ao evidenciar as políticas de cotas que têm sido propostas,

¹⁸ “As Donas do Poder – Mulher e política na Bahia” (1998).

¹⁹ Cf. a Lei de cotas desde a primeira, de 1995.

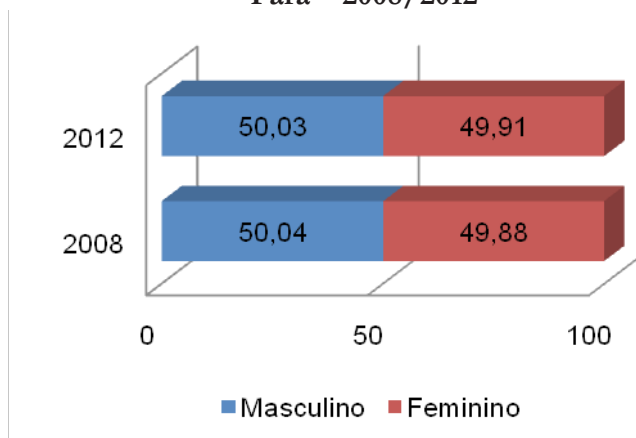
votadas e aprovadas para vigerem, no sistema político em sociedades democráticas, como meio de ampliação desse gênero nos espaços de decisão política. Mas, considerar somente a Lei nº 12034/2009 como fator exclusivo de aumento das representações femininas é um tanto frágil, pois alguns partidos apresentam candidaturas pela obrigatoriedade da norma com intuito apenas de não sofrer as punições legais¹⁹, ou seja, percebe-se que não haverá investimentos dispensados a essas candidaturas com o intuito de atingir vitórias nas urnas.

Deve-se ressaltar, ainda, as diferenças existentes sobre recrutamento em cada partido específico, em outros termos, a inserção das mulheres depende das dimensões organizacionais desses partidos. Estruturas transparentes e padronizadas tendem a ser mais democráticas porque

permitem maior controle dos seus membros e projetam aumento da participação interna e condução das políticas de recrutamento.

A participação das mulheres na política cresceu na última década, e são os partidos definidos de esquerda os maiores incentivadores dessa política. Porém, tais iniciativas estão perdendo o caráter ideológico por haver um efeito contágio sobre os outros partidos (de direita). Os partidos sabem a força eleitoral expressiva que as mulheres possuem e o histórico do Pará mostra a crescente presença de eleitorado feminino com números reais (gráfico 3).

**Gráfico 3 – Distribuição do Percentual de Eleitores por Sexo
Pará – 2008/2012**



Fonte: TSE – Dados disponíveis em nov./2012, no site do TSE – www.tse.gov.br referente ao mês de outubro de 2008/2012. Elaboração de Sousa Filho, 2013, com extração da base de dados eleitorais do GEPEM/UFPA. 0,060% corresponde a não informação de sexo em 2008 e 0,080% em 2012.

Em 2008, as mulheres paraenses eram 2.250,493 (49,88%) dos eleitores. Em 2012, esse número subiu para 2.545,900 (49,91%), sendo o total de 5.100.797 pessoas aptas a votar. (TSE, 2013) Estes indicadores fazem pressão na direção partidária para que se atenda às demandas dessa parte do eleitorado paraense, desenvolvendo diferentes estratégias e assumindo algum nível de comprometimento público.

4. Teorização sobre Antecedentes Sociais

Considerando os objetivos deste artigo e os dados mencionados, é pertinente avaliar quem são as mulheres que assumem o poder parlamentar e majoritário no Pará. Neste sentido e para composição do texto, foram extraídas informações de entrevistas gravadas²⁰, entre os meses de fevereiro a dezembro/2012, sobre as trajetórias de vida de 53 vereadoras e 9 prefeitas eleitas em 2008²¹.

Com base em tais informações, neste artigo, é apresentado o perfil social e identitário das entrevistadas, sendo a discussão conceitual sobre a variável trajetória fundamentada em Claude Dubar (1998), o qual destaca

²⁰ Execução do projeto *Mulheres na Política: histórias, percursos e práticas* (CNPq, 2010). A pesquisa abrangeu 26 municípios, dos quais 23 foram visitados alcançando todas as 6 mesorregiões do Estado e 15 microrregiões, de um total de 16.

²¹ Em 2010 foram eleitas oito mulheres ao cargo de deputada estadual para a Assembleia Legislativa do Pará, o que corresponde a 19,51 em números percentuais no total de 41 cadeiras. Foram feitos contatos via ofício com a assessoria de cada deputada, no entanto as entrevistas não foram realizadas por incompatibilidade de agenda das mesmas.

²² Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns conceitos metodológicos, Claude Dubar, 1998, p. 2.

duas maneiras possíveis de traçar uma trajetória pessoal: uma objetiva e a outra subjetiva. Segundo o autor, a combinação de ambas proporciona apreender identidades sociais e suas diversas maneiras de interpretação, ou seja, a construção de identidade pode ser vista como “as diversas maneiras pelas quais indivíduos tentam dar conta de sua trajetória por meio de uma história”.²² Nesse contexto, seria uma “história pessoal” cujo relato atualiza visões de si e do mundo; Dubar chama esse recurso metodológico de “identidade biográfica” ou “identidade para si”. Mas tomar como principal recurso os modos subjetivos pelos quais indivíduos se narram não quer dizer menosprezar as categorizações objetivas nas construções identitárias pessoais. Este processo de “identidade para outrem ou estrutural” evidencia um determinado indivíduo num respectivo espaço social,

A utilização da *trajetória subjetiva* promove um enredo construído em palavras pela entrevistada, o que proporciona a formalização de um esquema

lógico, um significado social. A reconstrução da vida de um sujeito posto em situação de entrevista permite evidenciar acontecimentos considerados significativos para ele e possivelmente facilita a resposta de como esse ator alcançou determinado posto (ou cargo); no caso estudado, cargos eletivos (proporcional e majoritário) ocupados por mulheres eleitas em 2008.

Neste sentido e para compor a abordagem deste artigo, foram analisados os discursos das entrevistadas (parlamentares e prefeitas) para inferir quem eram essas mulheres que lograram filiação partidária e ser eleitas. Tais inferências foram subsidiadas pela teoria de Bourdieu (apud DI BENEDETTO, 1996)

5. A Teoria de Bourdieu no Enfoque Político e de Gênero

Para Bourdieu, espaço social (sociedade) é um “conjunto de posições distintas e coexistentes (...) definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade (...)”²³, organizado de acordo com a quantidade e com os tipos de capital que cada agente (neste trabalho, as vereadoras e prefeitas) ou grupo social possui.

²³ Bourdieu, apud Di Benedetto, 1996, p. 260.

O capital é disputado pela pessoa inserida em vários campos: escolar, jurídico, econômico, político, artístico, profissional, familiar. Então o campo se configura como sendo um espaço de luta pela posse dos capitais.

Os campos possuem “regras do jogo” e desafios característicos distintos entre si e se constroem como um sistema estruturado de posições que os agentes disputam. Estas lutas acontecem para que se consiga o capital específico do campo, acarretando uma divisão entre os que conseguem o capital e os que não conseguem, dominantes e dominados estabelecem uma relação. A conquista de capital por um agente interfere em outros campos do qual este mesmo agente faz parte. Cada campo corresponde a um *habitus*, que é basicamente como um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações. Cada agente é caracterizado por sua trajetória social, sua prática e sua

posição no campo. A posição é princípio de classificação, e mostra quem são os atores em cada estilo de vida²⁴. Mediante esse conceito, é possível

²⁴ Nesse parágrafo, conforme justificativa e solicitação dos autores, o setor de copidesque da revista manteve as reiteraões de palavras/expressões.

identificar a trajetória pessoal de cada vereadora e prefeita dos municípios do Pará e, de certa forma, avaliar quais motivos contribuíram para a escolha dos partidos dessas mulheres para a disputa eleitoral em 2008.

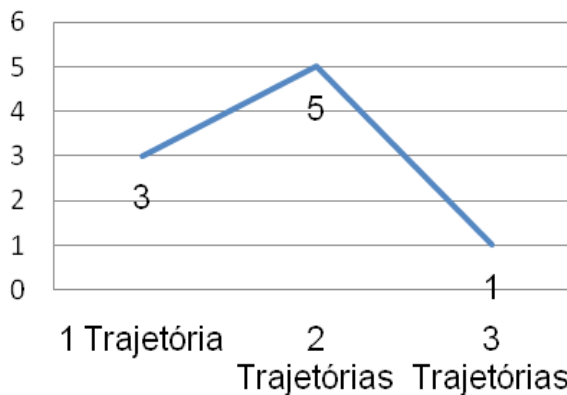
As mulheres são agentes inseridos em todos os campos possíveis (político governamental, partidário e eleitoral, profissional e etc.) e, dentro desses campos, possuem certo grau de capital. Neste sentido, a análise de dados empíricos evidenciou que um capital específico ou a soma dos vários capitais se tornaram fator decisivo para que elas pudessem ser inscritas nas listas eleitorais, pelos partidos, e alcançassem êxito nas eleições municipais. Vale ressaltar que os poderes legislativo e executivo foram acessados por mulheres graças ao acúmulo de capital por elas conquistado em três trajetórias pessoais: familiar, política e profissional. Estes recursos individuais garantem prestígios para as mesmas e se configura como um dispositivo de agregação de votos, haja vista que:

- a) a trajetória profissional considera todo o percurso em uma determinada profissão, considerando haver status diferenciado a profissões no interior do Estado não condizente necessariamente com a capital. O cargo de diretora escolar, por exemplo, não proporciona expressivo prestígio social na capital, no entanto, no interior é fator decisivo em relação à arrecadação de votos, pois estabelece redes sociais, influenciando diretamente o jogo das indicações à competição política;
- b) participar da política em setores informais como movimentos sociais, movimento estudantil ou de mulheres, entre outros, também pode ser visto como um recurso capaz de aglutinar pessoas fomentando grande capital social afetando sua motivação ou indicação para se filiar num partido e se dispor a concorrer uma eleição;

- c) o campo familiar pode ser interpretado como um terreno de herança política onde pessoas sofrem interferência (que pode ser boa ou ruim) de pessoas dos mais diversos níveis de parentesco, nesse sentido, fortalece a manutenção de uma carreira de membros da mesma família na política.

Estes três campos são fatores cruciais à inserção dessas mulheres no âmbito político. A esse respeito, veja-se nos gráficos 4 a 7: distribuição dos capitais sociais elevados nas trajetórias das prefeitas e vereadoras; e frequência de capitais sociais importantes para sufrágio de vereadoras e prefeitas.

Gráfico 4 – Distribuição de Prefeitas Eleitas por Trajetória – Pará 2008

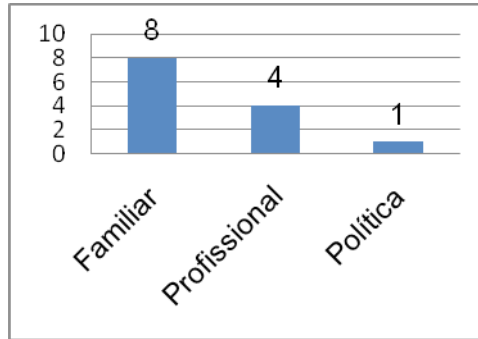


Fonte: dados extraídos das entrevistas. Elaboração própria.

O gráfico 4 suscita interpretar a possibilidade de associação de duas ou mais trajetórias como fatores importantes na carreira política das mulheres prefeitas entrevistadas (6 casos, total = 9). Três prefeitas foram sufragadas por influência de acúmulo de capital social em apenas uma trajetória, da mesma forma, contabiliza-se 5 prefeitas com 2 trajetórias sendo fator decisivo da motivação/indicação das mesmas para concorrer às eleições municipais de 2008 e, por fim, 1 compondo seus recursos em 3 trajetórias.

Com base nestes dados, pergunta-se: qual das três trajetórias é mais frequente na carreira política das prefeitas estudadas no projeto?

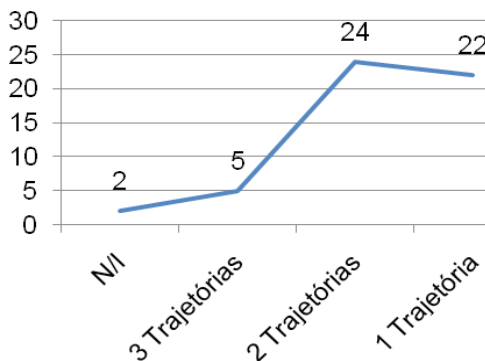
Gráfico 5 – Frequência das Trajetórias das Prefeitas Eleitas – Pará 2008



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. Elaboração própria.

A carreira familiar aparece com maior frequência na composição das trajetórias femininas. Nesse sentido, considera-se a família como instituição onde há recrutamento político. Pai, mãe, cônjuge, avô ou avó, primos(as), cunhados(as), todos esses níveis de parentesco são importantes e fazem a diferença no jogo político. A exemplo, veja-se os mesmos gráficos 6 e 7..

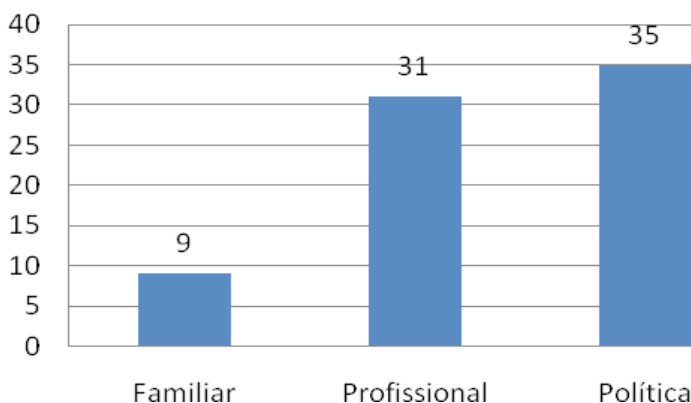
Gráfico 6 - Distribuição de Vereadoras Eleitas por Trajetória – Pará 2008.



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. Elaboração própria.

Observa-se que o acúmulo em 2 trajetórias é mais frequente. Neste gráfico, aparecem 2 vereadoras das quais não se obteve a clareza de objetar quais trajetórias foram relevantes no que se refere à inserção da mesma no espaço de poder legislativo (N/I). Sobre a frequência das trajetórias, o gráfico 7 é sugestivo:

Gráfico 7 - Frequência das Trajetórias das Vereadoras Eleitas – Pará 2008



Fonte: Dados extraídos das entrevistas. Elaboração própria.

Na análise do gráfico 7, percebe-se a inversão da trajetória familiar em relação às prefeitas, com a trajetória política tendo maior influência na composição da lista a cargos parlamentares no Pará em 2008²⁵.

²⁵ Estes dados foram extraídos de transcrições de entrevistas realizadas, nas quais foram consultadas 53 vereadoras e 9 prefeitas do Pará eleitas em 2008.

A História Oral proporciona vários ângulos sobre um mesmo fenômeno, possibilitando versões distintas da história oficializada. Conforme defende Verena Alberti (2004, p. 29):

Fazer história oral não é simplesmente sair com um gravador em punho, algumas perguntas na cabeça, e entrevistar aqueles que cruzam nosso caminho dispostos a falar um pouco sobre suas vidas. Essa noção simplificada pode resultar num punhado de fitas gravadas, de pouca ou nenhuma utilidade...

Pode-se definir essa metodologia como um

“processo sistêmico de uso de entrevistas gravadas, vertidas do oral para o escrito, com o fim de promover o registro e o uso de entrevistas, caracterizado por um processo dialógico no qual ocorre impreterivelmente contato humano, havendo interlocução, possibilitando espontaneidade nas declarações e estabelecendo um vínculo inevitável com a memória e identidade de alguém ou de um grupo²⁶”

²⁶ *História Oral: como fazer, como pensar.* José Carlos Sebe B. Meihy, Fabíola Holanda, 2011, p. 19.

A História Oral possui dois tipos de entrevistas: *temáticas* e de *história de vida*. Os dados apresentados neste artigo foram obtidos por meio de *História de Vida*, incluindo fatos/ eventos da trajetória pessoal das entrevistadas desde a infância até o momento da entrevista. Por meio dessa metodologia, foi possível avaliar quem são as mulheres paraenses exitosas e com trajetória social que remete ao capital político acumulado para subsidiar esse percurso.

CONCLUSÃO

Este artigo apresenta como resultado a crescente participação feminina no eleitorado paraense de 2.250.493/2008 para 2.545.900/2012 (diferença de 295.407 = 88,39%). Entretanto, este percentual de crescimento não reflete necessariamente uma quantidade ampliada em cargos de representação política ocupados por mulheres - Poder Legislativo e Poder Executivo. O padrão de elegibilidade depende da representação social e esta apresenta um modelo estruturado e orientado em uma postura de modelo masculino.

No contato com as prefeitas e vereadoras durante as entrevistas, foram captadas versões sobre a trajetória de vida de cada uma, os aspectos biográficos fundamentais para a evidência da conduta dos partidos no que se refere à adoção de estratégias de recrutamento e investimentos, contemplando candidaturas femininas propícios ao acúmulo de capital social dessas mulheres em sua trajetória pessoal conforme demonstrado nos gráficos.

A teorização de Joan Scott (1986) e a associação com o conceito de competição de Pateman forneceram parâmetros para entender o processo

de interdependência estabelecido entre os argumentos da democracia, participação e competição. Além disso, as discussões de Bourdieu subsidiaram perceber as mulheres como agentes inseridas no espaço social e competindo, em primeiro lugar, em campos privados, para depois chegar até à arena pública, ou seja, os mecanismos do recrutamento de candidaturas até à vitória nas eleições.

Tais estratégias perpassam por fatores já mencionados, ou seja, a situação das trajetórias femininas com propensão de benefícios à formação do capital político. O fortalecimento desses recursos pessoais é a razão pela qual um partido quebra o padrão de elegibilidade existente nos municípios paraenses. Neste sentido, foi pertinente a discussão de Duverger (1970) sobre o poder das lideranças partidárias, visto que são estas que percebem os laços estabelecidos entre possíveis candidaturas e o nível de sedução circulando na comunidade na hora do pleito eleitoral. É nesse momento que se dá a importância de as mulheres que alcançaram as listas eleitorais. Estes vínculos motivam as possibilidades de obtenção de votos pelas mulheres empoderadas e sua indicação para concorrer e, no seguimento, garante-lhes um financiamento de campanha com possibilidade da vitória independente da participação no ativismo político de movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ÁLVARES, M. Luzia M. “Mulheres na competição eleitoral: seleção de candidaturas e o padrão de carreira política no Brasil”, Tese de Doutorado, IUPERJ, 2004 (digitada).

ALVARES, M.L.M. *Projeto de Pesquisa “Mulheres na política: histórias de percursos e de práticas – CNPq 402518/2010-1*

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 24, p. 193-215, jun., 2005.

BENEDETTO, Di Roberto. Reflexões primeiras sobre: a teoria do espaço social e da gênese do estado de Pierre Bourdieu. *Revista da Faculdade de Direito* (UFPR), Curitiba, n. 29, p. 259-264, 1996.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas do poder: mulher na política da Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA / Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educ. Soc.* Campinas, v. 19, n. 62, 1998.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Brasília: Editora UNB, 1980.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Revista topoi5*, v.3, julho/ dezembro, 2002. Disponível em <www.revistatopoi.org>. Acesso em: 4 março, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como fazer*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MICHELS, R., *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UnB, 1982.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. **São Paulo**: Editora Paz e Terra, 1992.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOUSA FILHO, Nilson A. Eleições 2008: perfil social das vereadoras do município de Breves-PA. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, 17, Salvador, 2012. *Anais*. Salvador: REDOR /UFPB, 2012.